

## **Governo não vê problemas com alteração de Jirau**

Rivadavia Severo & Roberta Scrivano  
Brasília

O governo sinalizou, ontem, que não vê problemas para aprovar as mudanças no projeto da usina de Jirau propostos pelo consórcio vencedor do leilão da semana passada, ainda que ressalve que o projeto deve passar por uma análise mais detalhada na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Tanto o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, quanto o diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman comungam dessa tese.

Lobão declarou ontem que "as mudanças não atrapalham o cronograma", mas disse que cabe à Aneel e ao Ibama o exame técnico das mudanças no projeto. Já Kelman avaliou que a mudança do local da usina de Jirau não é um impedimento para que a agência aprove o projeto, porque o edital permite que haja alteração de local. No entanto, ressaltou que a apresentação do novo projeto que o Consórcio Energia Sustentável do Brasil fez ontem para a agência foi "apenas técnico".

Kelman sustenta que não houve mudanças substanciais no projeto, que seriam, sobretudo, na quantidade de energia assegurada e no impacto ambiental do projeto. "Naturalmente haverá uma análise técnica e jurídica. Mas entre os elementos imutáveis não está a localização da obra", disse. Para ele, a localização não é "cláusula pétrea". O diretor da Aneel explicou que o que foi licitado foi a concessão do uso de um bem público e que o mais importante é o fornecimento de energia para o mercado assegurado, mas admitiu que a decisão de homologar ou não o resultado do leilão cabe a diretoria colegiada da agência.



**Jerson Kelman: "Não houve mudanças substanciais no projeto"**

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, não se manifestou sobre o assunto. Ela vai aguardar o desenrolar dos fatos para intervir no processo. Por sua vez, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim, ligada ao Ministério de Minas e Energia, avaliou que o fato de o consórcio vencedor antecipar em um ano o fornecimento de energia é positivo, assim como a redução do custo da energia. Sobre a questão legal, Tolmasquim reforçou que é de responsabilidade da Aneel e do Ibama.

O principal questionamento do consórcio derrotado - liderado pela Odebrecht e Furnas - é a mudança no local de construção de Jirau. O grupo da Suez quer colocar a hidrelétrica 9,2 quilômetros abaixo do local original. E a mudança do eixo do projeto, segundo a Suez, não diminui a energia assegurada prevista no edital e não acarreta prejuízo para o projeto vizinho, de Santo Antônio (vencido por Odebrecht e Furnas). Porém, no estudo apresentado para a Aneel, o grupo afirma que "a mudança de eixo não atrasa nem dificulta a solicitação do consórcio responsável por Santo Antônio ao Ibama para emissão da licença de instalação daquela usina".

Ontem, o consórcio Energia Sustentável do Brasil se reuniu com a diretoria da Aneel para apresentar um estudo com alguns tópicos das propostas de mudanças. Durante o encontro, os empreendedores responsáveis pela hidrelétrica explicaram que as mudanças irão trazer menos impactos ambientais e que o objetivo das alterações é reduzir os custos e antecipar o início da operação. A redução dos gastos é estimada em R\$ 1 bilhão, sendo que o valor total dos investimentos é de R\$ 8,7 bilhões, conforme estimativa da EPE.

De acordo com o presidente do consórcio, Victor Paranhos, "o projeto base será apresentado para a Aneel em até 90 dias". E se o grupo receber a liberação da agência, encaminhará a proposta para o Ibama para conseguir a licença de instalação.

Se as mudanças no projeto forem aprovadas, o consórcio - formado por Suez Energy, Chesf, Eletrosul e Camargo Corrêa - antecipará a entrada em operação da usina para dezembro de 2011, dois anos antes do previsto na proposta original - isso se, depois da aprovação da Aneel, a licença de instalação for concedida pelo Ibama até agosto. O presidente do consórcio, Victor Paranhos, se diz otimista com a concessão dessa licença, porque não teria havido alteração na conservação ambiental com o novo local da usina, distante 9,2 quilômetros do ponto onde foram realizados os estudos para o licenciamento ambiental prévio para a usina de Jirau.

A EPE, responsável pelo desenvolvimento do projeto do Complexo Madeira, informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que Tolmasquim frisa "a importância para o País da antecipação do projeto, além da tarifa mais barata que será oferecida ao consumidor".

O Ibama não quis se manifestar sobre o assunto, já que o novo projeto ainda não chegou ao órgão. A assessoria de imprensa do Instituto disse que se trata de "uma situação inédita e que, se necessário, recorrerá ao seu departamento jurídico. Mas é certo que a licença de instalação para a usina, que estava

prevista inicialmente para sair até julho, será retardada". Quanto a licença prévia, obrigatória antes da realização do leilão, o Ibama, diz que "não dá pra saber se será cancelada ou mantida".

O consórcio liderado pela Suez venceu o leilão no último dia 19 com um lance de R\$ 71,40 por megawatt-hora (MWh), deságio de 21,5% em relação ao preço teto estabelecido pela Aneel de R\$ 91/MWh. Porém, o consórcio perdedor, liderado por Odebrecht e pela estatal Furnas, questionou as alterações no projeto original.

### ***Área inundada***

O grupo admitiu que uma área maior será inundada com a alteração do projeto original, mas em regiões que já possuem alguma atividade. "O pequeno acréscimo de área inundada é em uma região bastante atropizada", diz o consórcio. Além disso, o grupo ressalta que "praticamente em todas as usinas licitadas o eixo foi modificado".

Ainda para convencer a Aneel, o consórcio também mostrou que o novo projeto prevê menos escavações, ou seja, menos terra será extraída do rio. Além da criação de um distrito chamado de Mutum Paraná, que não estava no projeto original, "vai reduzir os impactos sociais sobre a cidade de Porto Velho e representará um investimento adicional para a empresa", segundo o estudo.

**SEVERO, R. & SCRIVANO, R. Governo não vê problemas com alteração de Jirau.** Gazeta Mercantil, Caderno C, Infra-estrutura, pág. 2, 28/05/2008